

IDENTIDADE NARRATIVA E MORALIDADE EM CHARLES TAYLOR

NARRATIVE IDENTITY AND MORALITY IN CHARLES TAYLOR

Hamilton Cezar Gomes Gondim¹

Resumo: Nosso artigo expõe a noção de identidade narrativa proposta por Charles Taylor e a relação com a moralidade. Partimos da explicação dos pressupostos que possibilitam a formação da identidade narrativa. Entre tais pressupostos se encontram a concepção do homem como um ser que se autointerpreta, capaz de constituir significado ao mundo e sempre já imerso num espaço moral. Além disto explicitamos a condição necessária do homem enquanto um ser que apresenta uma estrutura temporal e que busca uma unidade para a compreensão de si no ato narrativo. Uma vez desenvolvidos tais pressupostos, avaliamos como o ato do *self* na sua modalidade narrativa auxilia a indiciar indiretamente os bens constitutivos ao qual o indivíduo se encontra ou se encontrou comprometido/engajado, expondo parcialmente o *background* de sua avaliação forte. Tal ligação entre indivíduo e bens constitutivos ocorre na medida que há um relacionamento entre a construção desta narrativa particular e os bens que permeiam o espaço moral que se está imerso. Propomos ao fim que a identidade narrativa não deve ser vista apenas como uma constatação na obra de Taylor, mas também apresenta algumas virtualidades latentes.

Palavra-chave: Ética. Identidade. Self.

Abstract: Our article exposes the notion of narrative identity proposed by Charles Taylor and a relation to a morality. We start from the explanation of the presuppositions that allow a formation of the narrative identity. Among these presuppositions are a conception of man as a self-interpreting being capable of constituting meaning to the world and always already immersed in a moral space. Moreover, it is necessary to establish a necessary condition for the creation of a temporal structure and to seek a unity for an understanding of itself at the narrative act. Once developed such as assumptions, we evaluate how the act of self in its narrative modality helps indirectly to indicate the constituent assets to which the individual is or has been compromised / engaged, partially exposing the background of his strong evaluation. They have a link between individual and constituent goods, insofar as there is a relationship between a construction of this particular narrative and the goods that permeate the moral space that is immersed. We propose to the end that it is a narrative identity not only developed as an observation in the work of Taylor, but also presents some latent virtualities.

Keywords: Ethic. Identity. Self.

¹ Doutorando em filosofia e bolsista (CAPES) pela Universidade Federal de Goiás, Mestre (2014), Licenciado (2012) e Bacharel (2011) em filosofia pela UFPB. E-mail : hamiltonczar@gmail.com



Introdução

Taylor é um filósofo canadense que propõe um projeto de reconstituição e de análise das origens e fontes da noção de *self* no pensamento ocidental, vinculando tal investigação com as questões morais, particularmente na sua obra as *Fontes do Self*. Entre outras temáticas, Taylor propõe que há uma relação indissociável entre moralidade e o *self*, pois existiria uma conexão entre o modo como lidamos com o bem e a maneira como é estabelecida e constituída nossa identidade. A construção da identidade e a constituição do *self*, segundo Taylor, apresenta entre suas diversas características uma instância narrativa, ao qual será o objeto central de desenvolvimento neste artigo.

Para compreendermos esta noção de identidade narrativa explicitaremos alguns pressupostos do pensamento de Taylor. Taylor compreende moral numa acepção maior que a comum. É costumeiro compreender moralidade sobre tópicos tradicionais como concepção de bem-estar, virtude/vícios ou justiça e dignidade. Mas, embora sejam questões ou conceituações válidas, Taylor compreende uma noção de moral também como tudo aquilo que torna nossa vida dotada de sentido e significado. Esta definição abarca uma concepção muito geral e Taylor nos esclarece um pouco quanto a sua concepção lata: “[as concepções morais] referem-se antes ao que torna a vida digna de ser vivida”(TAYLOR, 1997, p.16). Ou seja, uma concepção moral seria o campo de significação do mundo em que aparecem certas distinções valorativas e que evidenciam a própria fonte e motivação de nossa existência.

Sem dúvida para Taylor haveriam também instâncias naturais/intintuais que propiciariam/influenciariam de forma potencial e primitiva, a moralidade. Um exemplo indiciado é certa tendência quase geral entre os animais de não matar um semelhante comum da espécie à revelia ou mesmo certas modalidades de sentimentos básicos que apresentam virtuais desdobramentos morais, como a empatia. Porém tais instâncias instintuais/naturais não seriam suficientes para abarcar a moralidade e suas formulações diversas advindas das teologias, da filosofia e do senso comum. Haveria para Taylor sempre uma instância de compreensão que articularia de modo heterogêneo a intuição moral primária advinda do campo natural.

Segundo Taylor, formas de entender uma dada reação moral a partir de uma capacidade de interpretação multifacetada são características abordadas adequadamente apenas por uma consideração da dimensão ontológica do humano. Mas por qual motivo uma ontologia? Porque trata da caracterização da condição de um tipo de específico ser, isto é o homem, distinto dos demais



entes na medida em que é capaz de interpretar o mundo e também de se autointerpretar. A ontologia voltada ao homem o trata enquanto um ente diferenciado que descreve o mundo ao qual ele se encontra imerso/posicionado e que é capaz de articulá-lo de modo a dotá-lo de uma significação que não se reduz as suas inclinações ou propensões primitivas e naturais. Assim, para Taylor, o homem é um animal ou ente que por excelência se autointerpreta e que tal dimensão ontológica deve ser uma instância relevante quando tratamos da moralidade e da formação da identidade.

Taylor propõe que uma parcela da tradição moderna naturalista se esforçou por retirar ou ao menos negligenciou a dimensão ontológica do humano em prol do campo natural/intintual no que concerne às questões morais. Uma entre as múltiplas motivações desta negligência é que a dimensão ontológica do homem e que forma o quadro da moralidade poderia ter o risco de mitigar uma promissora universalização antropológica da moral que tivesse origem puramente instintiva/natural derivada, por exemplo, de uma abordagem forte acerca da natureza humana. Outra hipótese tayloriana quanto à moralidade moderna enquanto negligenciadora de certa dimensão ontológica é devido ao quadro epistemológico do período, que propunha geralmente um método neutro de abordar a demanda acerca da moralidade análoga aos entes naturais, numa suposta possibilidade de postura desengajada do pesquisador.

Para o pensador canadense, nestas considerações ontológicas, estamos sempre imersos num tipo de espaço moral o qual nos posiciona previamente no mundo e num campo de significação que não é neutro, mas sempre já imbuído de valorações. Tais valores e concepções morais são oriundos de um campo intersubjetivo de linguagem aos quais agentes se encontram e são perpassados por eles na sua vivência em alguma medida. Este espaço moral nos situa ainda que não tenhamos clareza, articulação ou transparência plena sobre ele. Assim, a analogia espacial com a moral (denominado espaço moral) em Taylor nos propõe uma tendência de compreender a moralidade sobre um critério de uma boa orientação. Mas o que significa estar bem orientado num espaço moral? Para Taylor uma orientação se remete a uma questão de boa articulação com o bem ou sua fonte moral: "sem nenhuma articulação, perderíamos todo contato com o bem, como quer que o concebêssemos" (TAYLOR, 1997, p.133). Assim, a articulação significa trazer ao indivíduo uma compreensão mais clarificada acerca do próprio bem que motiva e permeia suas ações.

Taylor denomina este tipo de bem que nos motiva de bem constitutivo, pois tem o papel fundamental ao indivíduo de impulsionar e de movê-lo em direção a



uma ação considerada boa. O bem constitutivo apresenta-se como uma fonte do que consideramos desejável e nos impele a tal ação, mesmo que não estejamos plenamente cientes dele. O bem constitutivo assim tem uma característica amorosa, na medida que ela nos faz querer e amar o bem encontrado na ação que se busca realizar: “O bem constitutivo não se restringe a definir o conteúdo da teoria moral. O amor dele é que nos capacita a ser bons” (TAYLOR, 1997, p.127). O bem constitutivo não elenca apenas o que devemos buscar como uma mera obrigação extrínseca, mas é o próprio amor por este bem que buscamos tais conteúdos ou seguimos determinado modo de agir.

O bem constitutivo, na medida em que implica essa relação amorosa, não deve se apresentar como um aspecto secundário de definição de bem: “Amar o bem constitutivo (como quer que seja concebido) é estar fortemente motivado precisamente de maneira que é definida como parte do fazer o bem (nesta concepção). É por isso que ser bom envolve amar algo e não simplesmente fazer algo” (TAYLOR, 1997, p.128).

O bem constitutivo nos guia e nos impulsiona e, nesta medida, auxilia parcialmente no processo de delineamento de identidade, já que nos indicia ou revela o que queremos e para o quê nos orientamos em nossas vidas. Para Taylor, o bem ao qual o indivíduo se encontra envolvido no espaço moral gera uma certa forma de articulação. A articulação apresenta-se como um modo de compreensão que nos liga e engaja em relação ao bem como fonte moral: “a articulação pode nos aproximar mais do bem como fonte moral, pode conferir-lhe poder” (TAYLOR, 1997, p.126.). A proposta de Taylor é que uma articulação adequada em relação às fontes morais e bens geralmente aparecem como um aspecto propulsor e que torna a vida do indivíduo preenchida de sentido e digna de ser vivida.

Entretanto, para Taylor, com o desenvolvimento de algumas visões da modernidade e na contemporaneidade, os indivíduos aparecem cada vez menos capazes de bem articular sua ação e estar em contato com sua fonte moral ou bem. Assim, a modernidade e a contemporaneidade sofreriam dificuldades ou uma tendência à má articulação com suas fontes morais, o que acarretaria um desnorteamento ou uma visão arbitrária e atomizada da moralidade e uma conseqüente rota de perda de sentido para o indivíduo sobre a sua própria biografia e o que o motiva.

Para Taylor a articulação com fontes morais envolvem também o que ele compreende como *strong evaluation* ou avaliação forte. Tal avaliação forte se remete a um modo de compreender o mundo em que transparecem aos indivíduos



distinções entre o que deve ou aparece como mais valoroso em relação a outros bens, seja no âmbito do que é desejável, seja numa avaliação entre ações de circunstâncias semelhantes, seja numa avaliação dos motivos que geram a ação. Uma avaliação forte promove uma certa hierarquização ou uma certa escala qualitativa das motivações para um ato ou modo de vida, do que merece ser apreciado ou ainda desejado:

O avaliador forte encara sua alternativa através de uma linguagem mais rica. O desejável não é apenas definido para ele pelo que ele deseja, ou o que ele deseja mais um cálculo de consequências; é também definido por uma caracterização qualitativa dos desejos como maior e menor, nobre e baixo, e assim por diante² (TAYLOR, 1985, p.23, tradução nossa).

Para Taylor a capacidade de fazer e expressar avaliações fortes é um elemento incontornável do agente humano. Tal avaliação ao mesmo tempo evidencia a identidade do indivíduo, mas expressa também a ligação do indivíduo com as suas fontes morais. Uma avaliação forte mostra distinções qualitativas que não são arbitrárias, puramente subjetivas, nem surgem *ex nihilo*, mas são advindas parcialmente de onde alguém se situa no espaço moral e como se orienta neste mesmo espaço. Assim, uma avaliação forte trata de um modo de julgamento acerca do que é mais valioso ou menos, num caráter qualitativo de uma linguagem e vivência que constituem tais contrastes.

Ainda na hipótese que o indivíduo faça um processo de autoavaliação e considere que sua vida apareça como uma má vida ou uma vida desprezível devido às suas motivações e ações, isto não significará para Taylor que este homem hipotético abdica ou negligencia a avaliação forte. A própria autoanálise negativa da sua vida pressupõe em alguma medida este processo de mensuração que uma avaliação forte propicia.

Este modelo de bem constitutivo e avaliação forte apresentam um escopo que se distancia de uma abordagem relativista forte em que se pode suspender de alguma forma os juízos morais sob a justificativa de que todo valoração apresenta um caráter puramente arbitrário/aleatório.

A discussão moral com conotações hermenêuticas, o significado do bem um que nos orientamos, a avaliação forte ao qual constituímos certa hierarquização

2 The strong evaluator envisages his alternative through a richer language. The desirable is not only defined for him by what he desires, or what he desires plus a calculation of consequences; it is also defined by a qualitative characterization of desires as higher and lower, noble and base, and so on.



do que devemos perseguir é aglutinada ao modo como compomos nossa identidade. A constituição de uma identidade numa certa forma narrativa não é desprovida destes elementos, mas antes são essenciais para sua formação. Para Taylor narrar a própria história faz parte de um movimento ao qual não pode prescindir na medida que os agentes humanos significam suas ações e já estão sempre permeados de significado com o mundo e outros indivíduos: “Para ter um sentido de quem somos, temos de dispor de uma noção de como viemos a ser e para onde estamos indo” (TAYLOR, 1997, p.70).

Estrutura temporal do homem e identidade narrativa

O indivíduo apresenta certa estrutura temporal que propicia uma unidade narrativa da identidade. Existe um ato de sentido na maneira como interpretamos o nosso passado, situamo-nos no presente e nos projetamos para o futuro no que concerne também às questões morais. Assim, para Taylor não é possível constituir sentido ao nosso mundo sem coligar estas três instâncias temporais. Parcialmente tal relação entre moralidade e uma estrutura temporal pode ser encontrada na influência de Taylor na obra heideggeriana *Ser e Tempo* ao qual o *Dasein* aparece como um tipo de ser que se percebe nesta temporalidade. Cada uma das dimensões temporais são *ekstases*, isto é, são estruturas temporais que se sobressaem, mas não são independentes entre si, porém dimensões sempre interconectadas na unidade temporal do *Dasein*: “temporalização não significa ‘sucessão’ de ekstases. O porvir não vem depois do vigor de ter sido e este não vem antes da atualidade. A temporalidade se temporaliza num porvir atualizante do vigor de ter sido” (HEIDEGGER, 2005, p.149). Não há em Heidegger uma compreensão de temporalidade como uma sequência serial e fixa de acontecimentos, mas um processo contínuo de entrelaçamento entre presente que já é um se lançar para o futuro e este futuro já como um porvir que se perfaz numa atualização sobre o passado. Assim, o processo de temporalidade não se apresenta como uma sequência imutável, mas um projeto constante de rearticulação dessa temporalidade num certo fluxo de interpretação contínua do indivíduo acerca de si.

Para Taylor a própria noção de temporalidade é uma instância importante para a delimitação do homem como ser que se autointerpreta. A estrutura temporal a qual Taylor se inspira parcialmente em Heidegger é de um ser que de modo incessante e sintético reconstitui o seu passado no presente ao mesmo tempo que o projeta, não podendo ser dissociado da forma como o indivíduo avalia ou considera os valores ou uma noção de bem. A estrutura temporal estaria intrinsecamente ligada a este modelo na medida em que a interpretação



de si e a questão moral implicam-se mutuamente num modo de avaliar contínuo do seu passado e futuro.

Assim, Taylor propõe que a noção de uma identidade narrativa não se resume a um mero fio condutor que situa o homem no presente, mas tem tal dimensão moral. A perspectiva acerca do passado ou o que se foi para compreender a situação na qual nos encontramos também auxilia, por exemplo, como um processo autoavaliativo de esclarecimento frente a questões e dilemas morais que podem ocorrer. Uma situação extremamente nebulosa ou uma situação em que percebemos *sui generis* ou excepcional pode ser mais bem esclarecida frente a uma retrospectiva ou um movimento de “recuo” temporal para dissolução de certo modo de apresentação de um dado presente problemático ou enigmático. O significado ou sentido de uma situação se apresenta ao modo como o indivíduo e dada situação chegou até ele. Assim, mesmo em situações em que percebemos o estado atual de nossas vidas como uma situação excepcional ou de arrebatamento, tal percepção só poderia ser percebida de tal modo devido a como o indivíduo se orientou e compreendeu anteriormente o seu campo moral. É com a orientação e direção anterior ao qual se foi guiado que percebemos um certo modo de compreender o mundo. Assim a constituição de uma história individual se torna uma interrogação importante para o modo como estou posicionado em relação a um bem. Esta história que se apresenta num dado direcionamento também se engaja na compreensão e orientação da minha vida vindoura. O projetar da minha vida, seja com uma relativa homogeneidade em relação ao bem ao que fui orientado, seja sobre uma outra orientação que guia a um projeto distinto em relação ao bem até então perseguido, é uma forma de engajamento ao qual o não posso deixar de fazer enquanto ainda vivo. Este direcionamento ao que ainda não sou e este constituir de minha história que Taylor explora nas *Fontes do Self* (1989) aparecem de forma análoga e muito próxima ao que MacIntyre propõe em *After Virtue* (1981):

Uma tese central então começa a surgir: o homem é em suas ações e prática, bem como em suas ficções, essencialmente um animal que conta histórias. Ele não é essencialmente, mas se torna através de sua história, um contador de histórias que aspira à verdade. Mas a questão-chave para os homens não é sobre sua própria autoria; Só posso responder a pergunta “O que devo fazer?” se posso responder a pergunta anterior “De que história ou histórias eu me considero uma parte?”. Nós entramos na sociedade humana, isto é, com um ou mais personagens imputados – papéis nos quais fomos traçados – e temos que aprender o que eles são para sermos capazes de entender como os outros nos respondem e como nossas res-



postas a eles são aptas a serem interpretadas³ (MACINTYRE, 2007, p. 216, tradução nossa).

Similar a MacIntyre, Taylor propõe o caráter de narração com um aspecto relevante do agente humano e a necessidade de entrelaçamento necessário da proposição moral “tu deves” ao modelo de qual narrativa me percebo e vivencio. Também nesta narrativa ou o “contar sua própria história” que forma uma identidade é imprescindível que o indivíduo se situe em relação ao seu espaço moral. A identidade narrativa não é alienada ou destacada dos arredores e da sua comunidade, mas só pode se constituir, como já indicamos anteriormente, num campo intersubjetivo e num campo pré-reflexivo de vivência que compõe de certo modo o campo comum de significação de um grupo ou sociedade que já lhe imputam e partilham perspectivas morais. Como bem recorda Abbey (2000, p.45), quando refletimos sobre demandas práticas acabamos por levar em consideração uma linguagem herdada e regras sociais que são anteriores ao indivíduo para julgar uma situação adequada. Tal consideração, que envolve a comunidade que nos é prévia, nos permite que nos retiremos de equívocos ou ilusões acerca de uma deliberação puramente formalista ou dissociada de nossa época e de nossa sociedade.

Também nesta consideração a identidade narrativa pode se associar ou se constituir sobre apelos associados às grandes narrativas que surgem na história de um povo/população tal como a teoria da salvação do cristianismo, a ideia de progresso da humanidade no período iluminista, o caráter revolucionário rumo a uma sociedade utópica ou ainda de uma reconstrução de uma cultura gloriosa que se encontra em decadência. Essas grandes narrativas podem de algum modo se entrelaçar ao modo particular como um indivíduo orienta sua vida e constituir sua própria história como participante desta história maior. Como nos

3 A central thesis then begins to emerge: man is in his actions and practice, as well as in his fictions, essentially a story-telling animal. He is not essentially, but becomes through his history, a teller of stories that aspire to truth. But the key question for men is not about their own authorship; I can only answer the question ‘What am I to do?’ if I can answer the prior question ‘Of what story or stories do I find myself a part?’ We enter human society, that is, with one or more imputed characters- roles into which we have been drafted - and we have to learn what they are in order to be able to understand how others respond to us and how our responses to them are apt to be construed.



propõe Taylor tais narrativas parecem exercer “uma força de atração própria”⁴ (TAYLOR, 1997, p.133). Essas grandes narrativas têm essa possibilidade de aderência frente a narrativa individual porque imbuem uma ideia de sentido e de significado forte numa dada vida humana⁵ na coletividade.

Assim, Taylor quando analisa a dimensão narrativa do self expressa um certo aspecto mais holístico do que a compreensão do *self* da modernidade, seja na integralização de uma dimensão temporal que envolve uma autointerpretação contínua, seja numa dimensão enriquecida associada às considerações prévias acerca das fontes morais. A narrativa cumpre um pressuposto de unidade que compõe a compreensão do indivíduo e permite também perceber o modo como é possível muitas vezes articular certos bens que formam o indivíduo. Esta forma de movimentação no espaço moral nessas considerações evitam uma compreensão de si como uma deliberação puramente arbitrária ou destacada do espaço moral, na medida que o ser humano está sempre já imerso em relação com bens constitutivos que formam o seu *background* ou um horizonte de significação.

Mas será mesmo necessário que a agência humana precisa constituir uma identidade narrativa com um certo caráter de unidade entre os eventos para abordar a moral? Não poderíamos pensar uma vida humana com uma identidade cindida, isto é, uma história ou uma narrativa fragmentada em que o indivíduo pensa sua vida pregressa como um Outro que se apresenta como estranho? Não poderíamos também vincular a identidade do indivíduo simplesmente a partir de certos predicados ou capacidades mentais inerentes?

2. Críticas ao *self* pontual ou neutro

A concepção de identidade narrativa vinculada ao *self* de Taylor discute e se contrapõe parcialmente com uma noção moderna divergente de *self* que pode ser remetida à Locke. Locke nos propõe a autoconsciência e autopercepção como elemento fundamental na formação da identidade pessoal:

4 Essas grandes narrativas que tem essa “atração própria” são ambíguas se cogitarmos também um desdobramento político da discussão moral. Pode-se utilizar a forma e a maneira discursiva de enunciados destas grandes narrativas que compõe um *background* de um povo como forma de manipulação de pessoas para fins particulares ou para demandas e ascensão de grupos socioeconômicos. Taylor não exclui essa possibilidade cogitando possíveis consequências que reverberam negativamente no indivíduo: “Fórmulas banais podem combinar-se com a impostura histórica para tecer a nosso redor um casulo de segurança moral que, na verdade, nos isola da energia das verdades das fontes morais” (TAYLOR, 1997, p.133).

5 Não queremos, entretanto, induzir a ideia de que é necessário aderir a essas grandes narrativas para constituição de uma identidade narrativa. Não há também uma implicação direta que as fontes morais e bens constitutivos que são partilhados num campo comum necessariamente geram uma grande narrativa.



O eu [self] depende da consciência. Eu [self] é a coisa consciente pensante (seja ela feita de qualquer substância: se espiritual ou material, simples ou composta, isso não importa) que é senciente ou consciente de prazer e dor, capaz de ser feliz ou miserável e, assim, que está preocupada com si mesma [it self] tanto quanto sua consciência se estende (LOCKE, 2015, p.181).

A ideia de autoconsciência é a ênfase do *self* lockeano. Locke, apesar de cogitar outras questões (como, por exemplo, se a consciência tem um substrato material ou se é simples ou complexa) propõe que a identidade do indivíduo se relaciona com uma duração ou continuidade no ato de autoconsciência. Embora seja uma concepção por si relevante, este tipo de *self* descrito é restrito e enfatizado como uma capacidade dissociada de qualquer situação ou espaço moral, sem qualquer tipo de configuração ou relação com seus arredores, comunidade ou intersubjetividade. Assim, tal noção de *self* é mais orientada a focar na capacidade perceptiva e cognoscente do indivíduo. Esta tentativa de identificar o *self* com uma característica ou com um aspecto específico ligado ao pensamento/representação conduziu também a investigação como a de Hume que tenta encontrar sem sucesso no seu empirismo um correlato de impressão sensível para a ideia de *self* ou um *eu* derivado dessa multiplicidade de impressões⁶, mas acaba apenas a concluir que o *self* é uma ficção da imaginação.

A questão para Taylor é que já essas formas de descrição e investigação do *self* são comprometidas por aquilo que busca, isto é, uma visão de *self* como uma unidade simples, muitas vezes identificado como uma capacidade mental, por vezes também como uma substância comprometida com uma perspectiva restrita do *self*. Segundo Taylor a análise e as reflexões de tradição lockeana, do iluminismo e do empirismo inglês contribuíram para um modo de abordar o *self* na tradição de modo pontual ou neutro. Isto porque este *self* neutro ou pontual é definido abstraindo a situação que está entrelaçado esse *self* e sem preocupações que o formam. Estes modelos derivados dessa tradição também apresentariam uma deficiência implícita no próprio processo de investigação ao tratar a questão do *self* e da formação da identidade como se fosse um objeto a ser conhecido entre outros objetos quaisquer.

Taylor também discute com a recepção e desdobramento contemporâneo

6 [...] “Dor e prazer, tristeza e alegria, paixões e sensações sucedem-se umas às outras, e nunca existem todas ao mesmo tempo. Portanto, a ideia de eu não pode ser derivada de nenhuma dessas impressões, ou de nenhuma outra. Consequentemente, não existe tal ideia” (HUME, 2001, p. 284).



desta tradição em figuras como Derek Parfit que irá propor a possibilidade de seccionamento, ao menos de modo especulativo, do eu. Para isto uma série de exemplos hipotéticos na sua obra *Reasons and Persons* (1984) são utilizados, mas apresentam uma consequência contraintuitiva ao que entendemos como elemento da identidade pessoal: a característica da percepção de continuidade do eu permanecendo através do tempo é considerado pouco relevante para a formação da identidade. Parfit exclui uma necessidade de unidade temporal quanto ao que se refere à identidade pessoal, não sendo preciso uma noção de unidade ou de narrativa que coligue a própria compreensão de vida e de experiência. Para Parfit não seria uma impossibilidade lógica em se autoperceber como uma outra pessoa dissociada da sua infância ou alguma etapa da vida. Haveria assim a possibilidade de dissociação e de uma superfluidade quanto à narrativa de um homem para a formação do self.

Pelo contrário, para Taylor, o *self* em vez de ser tratado de forma neutra ou pontual só transparece a partir de certas preocupações constitutivas do seu espaço moral. Tais preocupações e questões que formam o quadro do *self* é ligada, como já delineamos anteriormente, à concepção de bem que o move e o motiva. Taylor apresenta neste ponto uma defesa de compreensão do *self* a partir de uma visão holística. O que se interpreta como unidade do *self* não dirá respeito à mera autoconsciência, mas o que dentro de um espaço moral o indivíduo compreende e se preocupa.

Esta dimensão de cuidado e preocupações constitutivas transparecem por excelência na forma narrativa. A ideia de repúdio ou cisão completa com um aspecto da sua vida não significa que um passado não apresenta significado, mesmo na percepção de um passado ao qual o indivíduo se esforça por negligenciar. A evasão do passado já implica uma certa compreensão desse passado como parte de sua vida e ao qual, no presente e no futuro, se forma um projeto para agir em oposição ao modo de vida ou orientação ao qual aquela etapa anterior de uma vida estaria vinculada. Não há o desaparecimento de uma unidade ou uma narrativa, simplesmente a narrativa se orienta frente a uma perspectiva pessimista ou em oposição ao que o indivíduo se tornou anteriormente. Além disso, conforme ressalta Abbey (2000, p.39), o indivíduo narrar sua própria história não significa que sua orientação moral seja linearmente comprometida com certas noções de bem. É possível que o indivíduo intercambie sua vida sobre uma perspectiva moral que apareça como muito distinta das anteriores sem que isso signifique uma cisão da identidade narrativa do indivíduo. É possível pensar uma vida com modificações de como se orienta no espaço moral e como alguém está comprometido com um bem. Esta instância onde é comum expressões



de que se percebe como um novo homem completamente distinto do anterior não implica uma identidade cindida, pelo contrário, ainda que o indivíduo se reoriente no espaço moral ele reconstitui uma certa narrativa do que ele era e desta mudança.

A questão do futuro também nos clarifica essa perspectiva de unidade. Quando projetamos o futuro não projetamos o futuro de uma outra pessoa trinta anos depois, mas projetamos o *nosso* futuro. Não vemos o futuro como um outro distinto de nós mesmos, mas num certo fluxo em que o agora é correlato ao que virá. Assim, Taylor nos propõe que existe uma inevitabilidade na agência humana quanto à formulação de uma narrativa própria que é condizente com sua forma de viver a temporalidade e se relacionar com o mundo e as pessoas.

Potenciais Latentes na noção de identidade Narrativa

Observamos o quão o processo de contar a sua própria história é um elemento incontornável da vida do indivíduo para Taylor e importante para a constituição da própria identidade. Nesse caso a própria narrativa constituída auxilia o indivíduo num processo de autocompreensão e entendimento dos seus arredores. Não podemos deixar de indiciar ao menos as virtualidades nesse processo de autocompreensão que excedem a mera constatação do campo teórico como, por exemplo, potenciais clínicos e reflexões políticas e educacionais implícitas na noção de identidade narrativa.

Se endossamos a teoria de Taylor de espaço moral, articulação/inarticulação, avaliação forte que compõe o *background* da identidade narrativa, acabamos por encontrar instrumentos para entender certos conflitos do indivíduo expressos desde formas mais leves de sentimento de inadequação até talvez expressões psicossomáticas frutos de uma má articulação. Uma sociedade pluralista em que existem bens constitutivos diversos e não necessariamente compatíveis podem gerar dificuldades para o norteamento moral e mesmo empecilhos ou ambiguidades para como o indivíduo narra sua própria história, não sendo impossível certas desordens psicológicas advindas destas dificuldades e conflitos morais. Se esta hipótese for verdadeira, pode-se pensar um processo adequado de análise da própria narrativa para uma melhor articulação com as próprias fontes morais e como lidar com o mundo e a sociedade. Uma cogitação acerca de pensar modalidades dialógicas para se reavaliar a própria narrativa e valores ou campos inarticulados do indivíduo talvez apareçam como uma aplicação do pensamento de Taylor. Essa possibilidade pode reassumir a importância filosófica para áreas cada vez mais especializadas e já dissociadas da psicologia e da



psiquiatria que lidam com distúrbios psíquicos.

Sem dúvida também nesta noção de identidade narrativa podem ser pensadas num contexto de preocupações políticas e educacionais implicadas. Discursos políticos que levam a expressões de extremismo e fascismo e cooptam pessoas para tais movimentos, se utilizam da forma como o indivíduo narra sua própria história e do modo como as pessoas estão vinculadas às fontes morais. Nesse caso um processo educacional que instigue o processo de esclarecimento de certas fontes morais comuns numa dada sociedade pode ser um modo preventivo de excessos e extremismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos neste artigo a noção de identidade narrativa entrelaçada a uma temática maior em Taylor que é a discussão sobre o *self* e a moralidade. Partimos com a introdução de alguns elementos basilares para a discussão, como a noção de avaliação forte, bens constitutivos e a noção de temporalidade do *self*. Observamos ainda a ligação íntima entre a questão da temporalidade e a capacidade autointepretativa como elementos relevantes para um processo contínuo de rearticulação da própria narrativa.

Evidenciamos brevemente a crítica do autor acerca de um certo modelo do *self* pontual ou neutro onde se tentar restringir ou compreender a noção de *self* a uma dimensão cognitiva de autopercepção ou autoconsciência. Denotamos o caráter enriquecido da noção de *self* de Taylor ao considerar preocupações constitutivas e que implicam um espaço moral. Explicitamos ainda a necessidade de a agência humana articular em alguma instância sua vivência para se orientar no âmbito prático, o que implica para Taylor a necessidade do indivíduo constituir uma identidade narrativa

Por fim, analisamos a contraposição de uma tradição lockeana em relação ao projeto de Taylor, focando o caráter imprescindível do ato narrativo e mostrando brevemente algumas virtualidades no campo clínico, político e educacional desta noção de identidade narrativa. Acreditamos, neste sentido, que a obra de Taylor e seus conceitos ainda são um campo a ser explorado em outras áreas que excedem a investigação filosófica.

REFERÊNCIAS

ABBEY, Ruth. Charles Taylor. Teddington: Acumen, 2000.



HEIDEGGER, Martin. Ser e Tempo-Parte II. Tradução de Marcia Sá Cavalcanti Schuback. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

HUME, David. Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais. Tradução de Débora Danowski. São Paulo: Unesp, 2001.

LOCKE, John. Ensaio sobre o entendimento humano – II. 27 da identidade e da diversidade. Tradução: Flávio Fontenelle Loque. Sképsis: v.8, n.12, p.169-188, agos. 2015. Disponível em: <http://philosophicalskepticism.org/skepsis/numero-12/>. Acesso em: 16/02/2018.

MACINTYRE, Alasdair. After virtue. 3ªed. Notre Dame: University of Notre Dame Press. 2007.

TAYLOR, Charles. Fontes do Self. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

TAYLOR, Charles. Human agency and Language - Philosophical Papers I. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

PARFIT, Derek. Reasons and Persons. Oxford: Clarendon Press, 1984

TORRIANI, Tristan. Identidade Pessoal. Dissertação (mestrado) - Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 139p. 1995.